



COMISSÃO  
EUROPEIA

Bruxelas, 17.12.2021  
C(2021) 9132 final

ANNEX

## **ANEXO**

**da**

## **COMMUNICAÇÃO DA COMISSÃO**

**Aprovação do conteúdo de um projeto de Regulamento da Comissão que altera o Regulamento (UE) n.º 717/2014 no que se refere ao seu período de aplicação e aos montantes máximos cumulados dos auxílios *de minimis***

## **ANEXO**

### **REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO**

de **XXX**

**que altera o Regulamento (UE) n.º 717/2014 no que se refere ao seu período de aplicação e aos montantes máximos cumulados dos auxílios *de minimis***

### **PROJETO**

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 108.º, n.º 4,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho, de 13 de julho de 2015, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais<sup>1</sup>, nomeadamente o artigo 2.º, n.º 1,

Após consulta do Comité Consultivo dos Auxílios Estatais,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 29 de abril de 2019, a Comissão lançou uma avaliação sobre o desempenho dos instrumentos setoriais aplicáveis aos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura desde a sua adoção em 2014-2015, incluindo o Regulamento (UE) n.º 717/2014, com vista à sua alteração ou revogação para o período 2023-2027. Os resultados preliminares dessa avaliação demonstraram que o Regulamento (UE) n.º 717/2014 continua a ser um instrumento pertinente, eficiente e eficaz, em especial para permitir que os Estados-Membros respondam rapidamente aos impactos negativos a curto prazo resultantes de acontecimentos imprevistos que possam pôr em risco o desempenho económico dos operadores viáveis e comprometer o emprego<sup>2</sup>. Contudo, o Regulamento (UE) n.º 717/2014 deve manter-se coerente e compatível com outras regras aplicáveis à apreciação dos auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura, em particular com o Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho<sup>3</sup>.
- (2) O Regulamento (UE) 2020/2008 da Comissão<sup>4</sup> prorrogou o período de aplicação do Regulamento (UE) n.º 717/2014 até 31 de dezembro de 2022, a fim de garantir que os Estados-Membros pudessem continuar a conceder pequenos montantes de auxílio na pendência da adoção do Regulamento (UE) 2021/1139.

---

<sup>1</sup> JO L 248 de 24.9.2015, p. 1.

<sup>2</sup> **PENDENTE**

<sup>3</sup> Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e que altera o Regulamento (UE) 2017/1004 (JO L 247 de 13.7.2021, p. 1).

<sup>4</sup> Regulamento (UE) 2020/2008 da Comissão, de 8 de dezembro de 2020, que altera os Regulamentos (UE) n.º 702/2014, (UE) n.º 717/2014 e (UE) n.º 1388/2014 no que se refere ao respetivo período de aplicação e a outros ajustamentos relevantes (JO L 414 de 9.12.2020, p. 15).

- (3) Os montantes máximos cumulados dos auxílios *de minimis* concedidos por Estado-Membro a empresas do setor das pescas e da aquicultura durante um período de três exercícios financeiros a que se refere o artigo 3.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 717/2014 devem ser atualizados para ter em conta os dados setoriais mais recentes. Em especial, os montantes máximos cumulados devem basear-se numa média de três anos do volume de negócios anual das atividades de captura, transformação e aquicultura em cada Estado-Membro, obtida através da exclusão das entradas mais elevadas e mais baixas num período de cinco anos, ou seja, 2014-2018.
- (4) A fim de assegurar que os Estados-Membros possam continuar a conceder pequenos montantes de auxílio em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 717/2014, e a fim de garantir a continuidade e a segurança jurídica, é conveniente introduzir no Regulamento (UE) n.º 717/2014 as alterações enumeradas no artigo 1.º do presente ato, de modo a refletir a evolução jurídica e económica no setor das pescas e da aquicultura e prorrogar o seu período de aplicação até 31 de dezembro de 2027.
- (5) Por conseguinte, o Regulamento (UE) n.º 717/2014 deve ser alterado em conformidade,

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

*Artigo 1.º*

O Regulamento (UE) n.º 717/2014 é alterado do seguinte modo:

- (1) No artigo 1.º, n.º 1, a alínea h) passa a ter a seguinte redação:

«h) Auxílios para a cessação temporária das atividades de pesca, salvo se expressamente previstos no Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho\*;
- (2) No artigo 8.º, o segundo parágrafo passa a ter a seguinte redação:

«O presente regulamento é aplicável até 31 de dezembro de 2027.».
- (3) O anexo é substituído pelo anexo do presente regulamento.

---

\* Regulamento (UE) 2021/1139 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021, que cria o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e que altera o Regulamento (UE) 2017/1004 (JO L 247 de 13.7.2021, p. 1).»;

*Artigo 2.º*

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em

*Pela Comissão  
A Presidente  
Ursula von der Leyen*

## **ANEXO I**

Limite máximo nacional a que se refere o artigo 3.º, n.º 3

(em EUR)	
<b>Estado-Membro</b>	<b>Montante máximo cumulado dos auxílios <i>de minimis</i> concedidos por Estado-Membro no setor das pescas e da aquicultura<sup>(1)</sup></b>
Bélgica	24 540 750
Bulgária	2 172 884
Chéquia	3 842 769
Dinamarca	81 833 109
Alemanha	77 196 702
Estónia	4 243 567
Irlanda	26 601 846
Grécia	28 923 364
Espanha	217 119 657
França	181 019 480
Croácia	8 681 955
Itália	118 166 895
Chipre	998 928
Letónia	5 513 209
Lituânia	16 035 859
Luxemburgo	0
Hungria	1 259 151
Malta	3 474 898
Países Baixos	37 118 541
Áustria	2 986 023
Polónia	72 434 934
Portugal	43 197 046
Roménia	4 237 681

Eslovénia	540 764
Eslováquia	2 071 578
Finlândia	12 384 203
Suécia	20 537 179
Reino Unido no que diz respeito à Irlanda do Norte	4 377 695
<p>(<sup>1</sup>) Os montantes máximos cumulados dos auxílios <i>de minimis</i> baseiam-se numa média de três anos do volume de negócios anual das atividades de captura, transformação e aquicultura em cada Estado-Membro, obtida através da exclusão das entradas mais elevadas e mais baixas num período de cinco anos, ou seja, 2014-2018.»</p>	